

APROXIMAÇÕES ENTRE PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO EM UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA¹

Debate o discusión en teoría social.

Grupo 04: Controle social, legitimidade e segurança cidadã.

SOUZA, Cristiane G.²
MOREIRA, Dirceia³
BOURGUINON, Jussara Ayres⁴

Resumo:

Este artigo analisa a importância da participação no processo de empoderamento. Para tanto, o procedimento metodológico empregado foi a pesquisa bibliográfica sendo o método dialético aquele que sustenta este artigo, tal método caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado. O processo de empoderamento é uma categoria de análise de ações que tenham como finalidade favorecer que indivíduos, grupos ou instituições passem de uma situação de opressão e resignação a uma situação de conquista de vez e voz. No entanto, para a ocorrência de tal processo se faz necessário ter um conhecimento a respeito das características atribuídas ao empoderamento, bem como de suas possibilidades e limites por meio da participação dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Empoderamento dialógico. Participação. Educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir a respeito da importância da participação no processo de empoderamento, para tanto empregamos a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, pois a mesma permite um amplo alcance de informações e admite o emprego de dados dispersos em inúmeras publicações, desta forma, contribui para a melhor definição dos conceitos que envolvem o objeto de estudo proposto. (GIL, 1994)

O método dialético é o método que sustenta o trabalho, pois o mesmo caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. (LIMA E MIOTO, 2010, p.40)

¹ Este trabalho é parte da pesquisa realizada para dissertação de Mestrado do Programa de Ciências Sociais Aplicadas/UEPG e financiada pela CAPES.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Ciências Sociais (UEPG). Graduada em Serviço Social (UEPG).

³ Professora Orientadora da Dissertação de Mestrado. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Direito e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

⁴ Professora Co-orientadora da Dissertação de Mestrado. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

Através da pesquisa bibliográfica nos foi possível consultar alguns autores, os quais colocam em questão a discussão referente ao termo empoderamento, bem como a relevância da discussão em torno do mesmo, visto que na atualidade tal termo por muitas vezes tem sido usado indiscriminadamente sem que se leve em conta alguns pressupostos básicos, como por exemplo, a alteração nas relações de poder e a participação com uma conotação de emancipação de sujeito e não apenas de integração.

Delineamos algumas características mais relevantes da categoria participação, visto que não há um consenso a respeito da mesma, ocorrendo várias interpretações desta. “A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados” (PAULILO, 2010, p.01), neste sentido indagamos a respeito de que tipo de participação esperamos quando nos referirmos ao processo de empoderamento?

Na perspectiva desse artigo, pretende-se contribuir para suscitar reflexões acerca da participação no contexto do processo de empoderamento, pois há programas, projetos e ações não só governamentais, mas como também de instituições como ONGs que almejam favorecer o desenvolvimento do processo de empoderamento, no entanto, a perspectiva de participação que se adota nessas instituições por vezes é uma perspectiva de mera integração. Nesse sentido, consideramos relevante a presente discussão a fim de possibilitar uma reflexão que pretende ser não uma resposta, mas ponto de partida referente à temática em tela.

A discussão aqui abordada é uma possibilidade de ocorrência de empoderamento de sujeitos, importante ser considerada na implementação de ações e de políticas públicas, visto que, em nosso entendimento tal processo dá a possibilidade de alcance de resultados positivos.

1) EMPODERAMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O termo *empowerment* ou empoderamento, traduzido para o português, é considerado polissêmico (HOROCHOVSKI, 2009), visto não ter um caráter universal, pode ser utilizado para designar diversas situações. O empoderamento pode ser abordado a partir de perspectivas diferenciadas, que vão desde a uma simples ação de integração, assim como pode vincular-se a ações que privilegiem o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos. Romano e Antunes (2010) explicam que o empoderamento não apenas “virou moda” no final dos anos 1990 no Brasil, mas também, infelizmente, muitos fizeram uso desse termo para efetivar ações que na verdade eram ações desempoderadoras.

Quando o termo foi utilizado pela primeira vez nos anos 1960 ele foi adotado para designar uma situação onde sujeitos tivessem a oportunidade de ter a garantia de que seu direito à voz seria efetivado, onde esses sujeitos passariam de uma posição passiva para um posicionamento ativo frente às suas problemáticas cotidianas sendo protagonistas de sua história de vida. (HOROCHOVSKI, 2009)

Para Romano e Antunes (2010, p. 11), nas mais variadas abordagens referentes ao processo de empoderamento ocorrem um problema grave onde:

Tem sido colocada em segundo plano a questão essencial da noção e da abordagem de empoderamento. Isto é, a questão do poder. Mais precisamente, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento.

Adota-se o termo empoderamento para pautar a realização de ações, de projetos, de programas, mas as mesmas não partem do pressuposto da necessidade de uma mudança nas relações de poder, desta forma tais ações dificilmente provocarão resultados mais satisfatórios na vida da população atendida, pois ao invés de ocorrer mudanças, as ações oferecem apenas uma integração cuja consequência acaba sendo uma manutenção nas relações.

O reconhecimento da necessidade de se empoderar as pessoas e grupos que vivem na pobreza passa a ser percebido, com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza. A ampliação do uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso não seja apenas uma moda no campo do desenvolvimento, mas sim produza mudanças nas práticas e políticas destes atores. (IORIO, 2010, p.22).

Para se combater a pobreza, a vulnerabilidade social que muitos enfrentam em nossa sociedade através da abordagem do processo de empoderamento, se faz necessário o desenvolvimento de ações cujo foco seja potencializar as capacidades dos sujeitos, e, isto pressupõe uma alteração nas relações de poder, pois ao passo que esses sujeitos sentem-se capazes, sujeitos com autonomia eles deixarão de ser passivos e reivindicarão seus direitos, nesse caso, altera-se a relação de poder. O sujeito sabe que ele sabe. (FREIRE E SHOR, 1986)

O processo de empoderamento tem como finalidade que “pessoas pobres e excluídas tenham possibilidades de superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas”.(ROMANO E ANTUNES, 2010).

A concepção de empoderamento e transformação traz uma nova perspectiva para os sujeitos, porque lhes dá oportunidade de fazer com que os mesmos se percebam enquanto sujeitos que apresentam não apenas fragilidades e necessidades, mas, sobretudo, os mesmos têm condições de perceber que também possuem possibilidades e capacidades que podem e devem ser desenvolvidas.

Para Freire (2005) em processos onde não há alterações das estruturas de poder não há a superação da relação dialética entre opressores e oprimidos⁵, pois para este autor a pobreza, as situações de vulnerabilidade que vivenciam as famílias brasileiras são condições que desempoderam as mesmas, que as oprimem e lhes tiram a liberdade, visto que além de ser um atributo, o empoderamento pressupõe a liberdade. O autor supracitado entende a liberdade como sendo característica inerente de um processo no qual o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (FREIRE, 2005)

Por sua vez, Horochovski (2009) vincula o empoderamento ao processo em que sujeitos passam a ter autonomia para tomar decisões importantes para a própria vida, adquirem poder de escolher entre diferentes oportunidades.

Referente ao conceito de empoderamento, Horochovski (2009, p.112) o define como um processo no qual os sujeitos adquirem “controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente”.

Empoderamento diz respeito à ação de capacitar os sujeitos individuais ou coletivos para que eles possam transformar situações desfavoráveis a eles e as pessoas de seu entorno em situações que possibilitem que os mesmos tenham seu direito à voz garantido. Empoderamento implica que tais sujeitos tenham condições de manifestar suas opiniões, suas vontades e reivindicar seus direitos enquanto cidadãos num processo onde envolve uma participação ativa.

No entanto, nesse processo se faz necessário compreender que:

Como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os preferidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. Trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania que propiciem, principalmente aos estratos de menor status socioeconômico, a ampliação do que Sen (2000) denomina liberdades substantivas. (HOROCHOVSKI, 2009, p. 113)

⁵ Sobre a contradição opressor-oprimidos ver “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2005.

É importante que nessa ação estejam envolvidos pessoas que serão facilitadores do processo de empoderamento.

Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas. Nem o governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações; as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento. (ROMANO E ANTUNES, 2010, p.12).

O empoderamento refere-se a um processo, onde o resultado não depende apenas dos agentes externos, não é uma dádiva, ninguém empodera ninguém, o que pode ocorrer é a abertura de espaços que propiciem momentos de discussão e reflexão.

Por mais que não se possa medir o empoderamento e por mais que o resultado deste processo dependa não apenas dos agentes externos, mas também depende da apreensão dos sujeitos, a abertura de espaços que tenham como alvo a sua ocorrência deve partir da premissa da mudança nas relações de poder e não criar barreiras para sua efetivação, cujo ambiente seja mais para domesticação do ser humano do que para sua liberdade. (FREIRE, 1980)

No desenvolvimento do processo de empoderamento a participação é fundamental para que o mesmo ocorra, nesse sentido há a necessidade de refletir a respeito do que vem a ser a participação.

Será que participação é apenas freqüentar uma reunião receber passivamente uma informação aceitando acriticamente determinado conhecimento?

De que participação estamos falando quando nos referimos ao processo de empoderamento?

Para Freire e Shor (1986), o empoderamento é dialógico, ou seja, ocorre à medida que se estabelece um diálogo entre os sujeitos e os agentes externos que podem favorecer a ocorrência do empoderamento. É através desse diálogo, partindo de uma reflexão coletiva, que o sujeito apreende que sabe, que ele descobre que possui capacidade de superação de suas necessidades e passa a agir de forma crítica na transformação da realidade que o cerca.

2) REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO

A participação, assim como empoderamento é uma expressão polissêmica, visto que não existe um consenso claro sobre o significado da mesma. Referente às várias interpretações desta categoria tem-se que “a conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados”. (PAULILO, 2010, p.01).

Quando mencionamos a respeito da participação é importante situarmos sobre que tipo de participação estamos nos referindo.

Há aquela “participação em que o cidadão não passa de simples expectador até uma situação de protagonismo de destaque nas decisões políticas”. (GOULART, 2010, p.03).

A participação que defendemos aqui é aquela participação onde:

Podemos lutar pelos princípios da democracia, neutralizando as formas de autoritarismo frequentes em nossa sociedade. É através dela que se acaba com a desordem de um *status quo* injusto, que produz a marginalização. E é também através dela que superamos a resignação e o medo. Só assim são geradas as condições para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, só possíveis em uma sociedade democrática. (SOUZA, 2010, p.01).

Durante muito tempo a participação vivenciada pela população brasileira foi uma participação mais restrita, ou seja, era uma participação que tinha como objetivo precípua a manutenção da ordem societária, não era uma participação que trazia em sua essência a questão da transformação social, pois

partia da ideia de integração da população, dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos e atenção pessoal. (GOHN, 2009)

Esse estilo de participação produziu uma sociedade civil⁶ frágil com pouca capacitação técnica e política para a proposição e a negociação de políticas públicas. (CARVALHO, 2010)

Sociedade civil frágil no sentido de que as decisões eram tomadas pelos detentores do poder e a mesma não era convidada a participar, mas apenas assistia a esses eventos de tomada de decisão. Ou seja, tal postura gerou cidadãos que sequer se reconheciam como sendo capazes de influenciar na agenda pública, cidadãos que tinham medo de se posicionar criticamente e discutir a respeito de questões que são fundamentais para sua vida.

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente. (SOUZA, 2010, p.01)

Para uma melhor compreensão sobre a categoria em tela, optamos por delinear algumas características da mesma a partir da classificação de Ammann (1981).

Ammann (1981) explicita que podemos relacionar a participação com: associativismo, mudança cultural, integração de grupos marginais, trabalho gratuito, adesão a planos de desenvolvimento, participação política versus participação social e participação como prática transformadora.

Participação e associativismo: é uma forma de participar onde vários indivíduos se reúnem para tomar decisões que são locais e emergenciais, como por exemplo, quando uma associação de moradores se reúne para decidir sobre saneamento básico.

Ammann (1981) aponta que embora essa forma de participação seja importante, diz respeito a uma participação atomizada, onde o grupo se preocupa apenas com problemas que são pontuais e não se pensa numa esfera mais global no sentido de que essa associação tem a capacidade de influenciar na agenda das políticas públicas.

Mudança cultural e participação: Ammann (1981) aponta que a Teoria de Modernização⁷ afirma que o atraso da população em participar decorre de um padrão cultural. Nesse caso, a “solução” seria promover uma transição de um nível limitado de participar para outro nível através da socialização. No entanto, há um limite nesse tipo de transição, visto que se adota um método onde o objetivo é “alterar a vida da comunidade sem que ela perceba que as alterações vão ocorrendo”. (AMMANN, 1981, p. 149).

O limite dessa participação está em que a população é conduzida a participar acreditando que a direção está sendo dada pela comunidade, quando na verdade a direção já estava pré-estabelecida.

Participação e integração de grupos marginais: aqui a participação relaciona-se a uma mera incorporação dos excluídos ao sistema sem realizar uma reflexão crítica, o problema é o indivíduo, portanto ele tem que se integrar à sociedade. (AMMANN, 1981)

Participação e trabalho gratuito: a participação relaciona-se ao momento em que um grupo, ou comunidade reúne-se em seu dia de folga para poder dar conta de algo que seria o Estado quem deveria fazer. Nessa categoria Ammann (1981) considera que há uma pseudo-participação, pois não há um processo de questionamento das ações estatais, o que está sendo feito com o dinheiro público para construção de casas populares ou construção de uma praça pública, etc.

⁶ Sobre Sociedade civil ver Duriguetto, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo. Ed, Cortez. 2007.

⁷ Segundo Ammann (1981), a Teoria da Modernização sugere um método que tem por finalidade alterar a vida da comunidade, por meio da direção planejada e desejada pela classe dominante, deixa transparecer a falsa ideia de que a mudança foi desejada e provocada pela própria comunidade.

O mutirão não é mal em si, pois se trata de uma iniciativa popular, no entanto, o limite está em que esse mutirão deveria se organizar para também reclamar seus direitos perante o Estado. (AMMANN, 1981)

Participação e adesão a planos de desenvolvimento: trata-se do momento em que as lideranças locais são convocadas para contribuírem na execução de algum programa ou projeto local. Um dos limites dessa participação é a visão minimalista, pois não leva os sujeitos a olharem o todo. Por mais que o problema seja local, ele está inserido em um contexto global dentro da sociedade. Outro limite é a participação subsidiada pelo governo, ou seja, os planos e programas já vêm prontos para a população, ela só tem que executar. (AMMANN, 1981)

Participação política versus participação social: participação política diz respeito ao momento em que a população toma parte nos processos de decisão da sociedade, através dos conselhos e conferências, por exemplo. Já a participação social refere-se “aos componentes distributivos dos bens da sociedade – trabalho, habitação, educação, saúde, lazer, etc. – sem levar em conta que o poder decisório representa um componente imprescindível de qualquer tipo de participação” (AMMANN, 1981, p. 154). Os limites dessas categorias de participação está em que na primeira o poder decisório das classes subalternas é quase nulo, ficando restrito nas mãos da classe dominante, ou seja, trata-se de uma participação indireta. Por sua vez, a participação social diz respeito a uma distribuição de alguns serviços sociais, contudo não se altera as estruturas de produção, distribuição e consumo da sociedade. (AMMANN, 1981).

Participação como prática transformadora: quando as classes subalternas têm acesso aos processos decisórios macrossocietários.

Partindo de problemas cotidianos concretos do nível local, a população por vezes assessoradas por seus “intelectuais orgânicos⁸” tenta descobrir as causas geradoras de tal situação, sua conjunção com as estruturas sociais e iniciam uma luta, para a modificação do equilíbrio de forças no seio da sociedade a partir do micronível. (AMMANN, 1981, p. 155).

Os intelectuais orgânicos podem ser os agentes de mudança externos os quais são necessários como catalisadores iniciais do processo de empoderamento.

A luta pode ser por uma necessidade imediata, porém o processo de participação é conduzido de modo diferente, de forma que a população adquire consciência de que tem capacidade de ser protagonista ao ponto de influenciar a agenda das políticas públicas.

A luta para o alcance de tais propósitos se inicia comumente de interesses específicos, concretos e imediatos da população, tais como a reivindicação por melhores condições de trabalho, habitação, saúde, lazer, etc. O que diferencia, pois, estas práticas das anteriores, é muito mais a intencionalidade, o compromisso dos técnicos nelas engajados e o método não indutor por eles utilizados. (AMMANN, 1981, p. 155)

A participação que transforma, tem como base um processo que é dialógico e reflexivo com as classes subalternas, onde as decisões são tomadas de baixo para cima e não o contrário. O compromisso que os agentes externos têm é com as necessidades da população e não com os interesses do Estado. (AMMANN, 1981)

A participação capaz de favorecer uma transformação social é aquela onde participar relaciona-se ao processo de gestão dos interesses coletivos e não individuais e particulares, é uma participação que questiona o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construindo espaços públicos não estatais, onde haja a afirmação do controle social sobre as ações do Estado. (CARVALHO, 2010)

⁸ Sobre os Intelectuais Orgânicos ver “**Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**” - Norberto Bobbio. Paz e Terra. São Paulo, 1999.

A PARTICIPAÇÃO COMO RESULTADO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Paulo Freire um dos maiores educadores do século XX, foi precursor do movimento de Educação Popular da década de 1960 no Brasil, desenvolveu um método de alfabetização cuja finalidade era propiciar o desenvolvimento crítico dos educandos.

Para Freire, o acesso ao conhecimento deveria ser pressuposto não para ajustar os educandos, mas cultura e conhecimento deveria ser o ponto de partida para que os educandos avançassem na leitura do mundo, com possibilidade de se perceber como sujeito da história. Tal ação ocorreria através do processo dialógico com os educandos, ou seja, o diálogo era ponto fundamental no pensamento de Freire. (FREIRE, 1980)

Suas ideias trouxeram uma mudança para o paradigma educacional de sua época, pois buscava estimular a prática educativa tendo como pressuposto a realidade em que o educando estava inserido, onde o diálogo e a história eram pontos centrais dessa prática. “Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção”. (FREIRE, 1980, p. 41)

Na perspectiva Freireana a participação não poderia ocorrer tendo como pressuposto a educação bancária, mas sim, tendo como ponto de partida a educação libertadora.

Como educação bancária entende-se o ato de depositar um conhecimento pronto e acabado nos sujeitos, onde estes não necessitarão fazer o processo de reflexão, mas somente serão receptores de algo.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 2005, p. 33).

Para Freire e Shor (1986, p. 124) este tipo de educação não parte de uma ação dialógica tendo em vista que “em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”. O diálogo requer uma relação mais dinâmica entre educador-educando, onde os educandos também têm condições de serem educadores a partir do momento em que através de processos de reflexão coletiva compartilham suas experiências. Esse processo de reflexão, se adotado a partir de uma visão transformadora e de libertação do oprimido relaciona-se com “a práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”. (FREIRE, 2005, p.21)

Nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. (FREIRE, 2005, p. 33).

Os educandos não são considerados como construtores de um saber, mas são pessoas que possuem apenas um senso comum e uma consciência ingênua incapazes de contribuir com o educador na proposta de construção de conhecimento.

No processo de empoderamento a presença do diálogo se faz primordial, pois o sujeito a quem pretende-se “empoderar” está inserido em determinada realidade, portanto, tal processo tem que considerar essa realidade, caso contrário será mera transmissão de um conhecimento vazio, que não faz sentido aos sujeitos, assim, necessita dessa aproximação através do diálogo para que tenha início o processo de reflexão, não pode ser mera transmissão de conhecimento dos que se julgam sábios àqueles que não são sábios.

Freire (2005), afirma que ao escrever seus pensamentos, seu objetivo era chamar a atenção dos humanistas, nesse caso incluem-se os educadores, profissionais e técnicos que participam do cotidiano de processo de educação formal ou ações sócioeducativas⁹, para que os mesmos ao se referirem ao desenvolvimento de tais ações com perspectiva de empoderamento não utilizem de práticas da educação bancária, pois a mesma inibe o pensar dos sujeitos e nesse processo o que se tem como resultado não é uma participação cujo alcance seja o protagonismo, mas sim uma participação onde há apenas reprodução de um conhecimento que sequer faz parte da realidade desses sujeitos.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2005, p. 38)

A diferença entre a educação bancária e a educação libertadora, é que esta ao invés de depositar um conhecimento fixo e estático proporciona aos homens que estes reflitam a respeito da sua própria inserção no mundo, através da práxis este homem se comunica com o mundo onde está inserido e ao invés de ser um receptor passivo dessa relação com o mundo ele se torna um agente ativo, que age e transforma o mundo que lhe cerca.

A educação que liberta/problematizadora não pode se restringir à mera ação de depositar um conhecimento ou narrá-lo como se se tratasse de algo que é linear, estanque e acabado para indivíduos cuja atitude seja a passividade e a recepção acrítica desse conhecimento, a educação libertadora é um ato cognoscente, onde o indivíduo não é objeto, mas sujeito dotado de capacidades de obter conhecimento e transmiti-lo também.

Os educandos, na prática problematizadora, têm a possibilidade de desenvolver seu poder de apreensão e de compreensão do mundo que lhes surge, “em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo”. (FREIRE, 2005, p.41).

O processo de empoderamento tem o potencial de ser desenvolvido a partir da perspectiva indicada pelo autor supracitado, ao invés de apenas buscar transferir um conhecimento às pessoas, tal ação pode contribuir para o desenvolvimento da participação ativa que possibilita uma reflexão coletiva e ainda pode contribuir para que os sujeitos envolvidos tomem de consciência das possibilidades que possuem.

CONCLUSÃO

Ao nos referimos ao desenvolvimento do processo de empoderamento cujos sujeitos são marcados pela resignação e medo se faz necessário fazermos a seguinte indagação: de que participação estamos falando, quando afirmamos que empoderamento implica em participação?

Devido à generalização do conceito participação e em sendo uma expressão polissêmica e contraditória, existe aquele tipo de participação cujo objetivo não é o de empoderar as pessoas, mas sim fazer uma manutenção de uma situação através de um movimento de integração onde não há uma mudança nas relações de poder, o sujeito é apenas um expectador das decisões e não um protagonista com capacidade de transformação.

Para tanto precisamos refletir a respeito da participação que empodera as pessoas, visto que em nossa sociedade é muito comum aparecer tanto na mídia como em alguns discursos políticos a ênfase de que cidadania e participação estão atreladas à simples presença passiva das pessoas em determinados eventos sociais. Isso na verdade é uma ideia errônea sobre o que é a participação de fato.

⁹ Ações sócioeducativas dizem respeito a um conjunto de atividades, tais como: grupos sócioeducativos, campanhas sócioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade. (LIMA E CARLOTO, 2007, p. 128)

Falar em participação nos remete a pensar no tipo de democracia que tem sido construída em nosso país. Uma democracia onde poucos decidem, onde poucos de fato participam com direito à voz. Uma participação que é restrita aos detentores do poder e onde as classes subalternas são excluídas dos processos decisórios.

Lembramos que no desenvolvimento do processo de empoderamento, participar ativamente precisa ser uma regra e não uma exceção, para que isso ocorra é necessário que nos trabalhos com grupos, ou até mesmo em momentos individuais, os agentes externos de mudança ou os intelectuais orgânicos de Gramsci, tenham consciência da importância do seu papel, pois eles são sujeitos que têm a responsabilidade de fortalecer as classes subalternas.

Entretanto, ainda que as ações que tenham como objetivo o empoderamento dos sujeitos sejam realizadas por agentes externos “dadas as dificuldades para ação espontânea dos sujeitos desmobilizados, a responsabilidade maior cabe aos sujeitos por eles atingidos, que, nesse sentido, podem participar de sua elaboração” (Horochovski, 2009, p. 121).

Desta forma, entendemos que empoderar é um processo onde o resultado da ação depende da apreensão dos sujeitos que serão receptores, mas nessa ação tais sujeitos não serão receptores passivos, porém, através da participação dialógica eles se tornam construtores desse novo conhecimento, onde “em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”. (FREIRE & SHOR, 1986, p. 124).

Concordamos com Freire (2005) em tela e ressaltamos que uma política, programa ou projeto de governo que pretende favorecer com que os sujeitos a quem se dirige tal programa tornem-se protagonistas, nessa relação, quando forem desenvolvidas as ações sócioeducativas, educandos, profissionais e técnicos precisam ter claro que o sujeito é capaz de adquirir conhecimento. As ações devem ser pautadas a partir do viés que reconhece nos sujeitos capacidades e potencialidades, onde estes possam ser protagonistas.

REFERÊNCIA

- AMMANN, S.B. (1981). Considerações Críticas sobre o Conceito de Participação. *Serviço Social e Sociedade* nº 5. p. 147-156.
- BOBBIO, Norberto. (1999). Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. (2010). A Participação social no Brasil hoje. *Revista Polis*, S. Paulo, 1998. Disponível em www.lead.org.br/.../43/Participacao_Social_no_Brasi_Hoje.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.
- Duriguetto, Maria Lúcia. (2007). *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*, São Paulo, Editora Cortez.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. (1996). *Medo e Ousadia. O cotidiano do Professor*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. 48ª reimpressão, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. (2006). *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

GOHN, Maria da Glória. (2009). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000200003. Acesso em 20 de março de 2009.

GIL, Antônio Carlos. (1994). Métodos e técnicas de pesquisa social, São Paulo, Editora Atlas. 1994.

GOULART, Flavio. (2010). Poder deliberativo, paridade, autonomia: dilemas da participação social em saúde no Brasil. Disponível em www.idisa.org.br/site/.../DILEMASDAPARTICIPACAOSOCIAL.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. (2009). Associativismo civil, Democracia e Empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos no Paraná. Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2007. Disponível em www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0282.pdf. Acesso em 20 de abril de 2009.

IORIO, Cecília. (2010). Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2002. Disponível em www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf - Acesso em 19 de fevereiro de 2010. p. 21-44

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (2010). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300004&script=sci_arttext. Acesso em 07 de junho de 2010.

MUNHOZ, Divanir Eulália Neréssi. (2006). Entre a Universalidade da Teoria e a Singularidade dos Fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. Emancipação. 6. p.25-40

PAULILO, Maria Angela Silveira. Participação Comunitária: uma proposta de de avaliação. Disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_participacao.htm. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta. (2002). Empoderamento: Recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil.. Disponível em www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf - Acesso em 19 de fevereiro de 2010. p. 09-20

RYZEWSKI, Luiz Antônio; STORTI, Moysés Martins Tosta. (2010). Pedagogia do oprimido e protagonismo juvenil: contribuições para uma práxis libertadora. Disponível em www.paulofreire.org/.../ensaio_protagonismo_sob_a_inspiracao_de_Paulo_Freire.doc -. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

SOUZA, Hebert de. (2010). Participação. Disponível em <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.